

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.565.112 - SP (2019/0245473-5)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : CLAUDIA REGINA DIAS RODRIGUES
AGRAVANTE : CARLOS ALBERTO DIAS RODRIGUES
AGRAVANTE : CRISTIANO DIAS RODRIGUES
HERD. DE : EDUARDO DIAS RODRIGUES - ESPÓLIO
ADVOGADO : LEANDRO HENRIQUE NERO - SP194802
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. ANÁLISE DE INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO. EXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚM. N. 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado por Claudia Regina Dias Rodrigues e outros em face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão assim ementado:

APELAÇÃO - Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública - Título judicial extraído de ação mandamental coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores e Empresas Ferroviárias da Zona Sorocabana em nome de aposentados e pensionistas da extinta FEPASA - Abono salarial - Pretensão à execução do julgado manifestada após o decurso de cinco anos contados do trânsito em julgado da sentença coletiva - Prescrição corretamente reconhecida pelo Juízo de primeiro Grau nos termos do Tema n.º 877/STJ, afetado ao julgamento do REsp n.º 1.388.000/PR - Execução que prescreve no mesmo prazo de prescrição da ação (Súmula n.º 150 do C. Supremo Tribunal Federal) - Não configurada qualquer causa interruptiva do transcurso do lapso quinquenal previsto no art. 1.º do Decreto n.º 20.910/32 - Precedentes desta C. Câmara - Sentença extintiva mantida - Recurso desprovido.

Os embargos de declaração apresentados na origem foram rejeitados.

No especial, os recorrentes sustentam, além da divergência jurisprudencial, violação: I) dos arts. 489 e 1.022, ambos do CPC/2015, porque o Tribunal de origem não se manifestou acerca sobre a validade de ajuste do magistrado e as partes audiência que

Superior Tribunal de Justiça

afasta a ocorrência de prescrição; II) do art. 202, V e parágrafo único, do CC/2002, por entender que o prazo prescricional deve ser considerado interrompido até o último ato do processo.

Não foram apresentadas contrarrazões.

A decisão agravada negou seguimento ao especial sob a compreensão de que não há omissões no acórdão que segue jurisprudência do STJ. Asseverou que o exame das questões recursais depende de exame probatório dos autos e que não houve demonstração de divergência jurisprudencial.

Nas razões do agravo, os recorrentes defendem que o agravo impugnou todos os fundamentos da decisão ora recorrida e sustenta que o recurso especial atende seus pressupostos recursais.

Não foi ofertada contraminuta.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A pretensão não merece acolhida.

Não há violação dos arts. 489 e 1.022, ambos do CPC/2015, pois o Tribunal *a quo* analisou, efetivamente, a questão referente à inexistência de interrupção da prescrição por algum ato do juiz que implicou em mora o devedor.

Nos termos da jurisprudência do STJ, não há negativa de prestação jurisdicional quando o acórdão impugnado aplica tese jurídica devidamente fundamentada, promovendo a integral solução da controvérsia, ainda que de forma contrária aos interesses da parte. Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. FUNDEB. COMPLEMENTAÇÃO DE REPASSE DOS ANOS DE 2009 E 2010. PRESCRIÇÃO. RECONHECIMENTO. AÇÃO COLETIVA MOVIDA POR ENTIDADE ASSOCIATIVA. INEXISTÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO DO ORA RECORRENTE. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE CONCLUIU PELA INOCORRÊNCIA DE INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS, NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCONFORMISMO. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

III. Não há falar, na hipótese, em violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

[...]

V. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1806214/PE, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES,

Superior Tribunal de Justiça

SEGUNDA TURMA, julgado em 11/06/2019, DJe 17/06/2019)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. 3,17%. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. NECESSIDADE DE PRÉVIA LIQUIDAÇÃO. ALEGAÇÃO DE CÁLCULOS APRESENTADOS PELO EXECUTADO. VALORES CONTROVERSOS SEGUNDO O TRIBUNAL DE ORIGEM. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

[...]

2. No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 1.022 do CPC/2015, o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a quaestio trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses da parte.

[...]

7. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido.

(REsp 1809064/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/06/2019, DJe 14/06/2019)

Quanto à violação do art. 202, V e parágrafo único, do CC/2002, o Tribunal de origem ressaltou que não houve ato judicial capaz de constituir o devedor em mora, razão pela qual não houve interrupção do prazo prescricional. A propósito, o acórdão *a quo* (e-STJ fl. 118):

Com relação à alegada interrupção do prazo prescricional em decorrência da situação prevista no art. 202, inciso V, do Código Civil, não se vislumbra a ocorrência de ato judicial apto a constituir em mora o devedor (in casu, a Fazenda do Estado), mas apenas determinações ao Sindicato representante de modo a facilitar a habilitação de exequentes ou seus herdeiros ao cumprimento do julgado, pelo que se extrai do termo de audiência de fls. 90/91. No mais, ausente qualquer outra causa interruptiva do transcurso do lapso quinquenal previsto no art. 1.º do Decreto n.º 20.910/32.

Logo, o provimento do recurso especial, quanto à ocorrência de interrupção da prescrição, depende de prévio exame probatório dos autos com o fim de apurar se algum ato judicial constituiu a mora do devedor. Essa tarefa não é possível nos termos da Súm. n. 7/STJ.

Por fim, inviável a apreciação do inconformismo recursal fundado na alínea c do permissivo constitucional quando o recorrente não demonstra o suposto dissídio pretoriano por meio: a) da juntada de certidão ou de cópia autenticada do acórdão paradigma, ou, em sua falta, da declaração pelo advogado da autenticidade dessas; b) da citação de repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que o acórdão divergente foi publicado; c) do cotejo analítico, com a transcrição dos trechos dos acórdãos em que se funda a divergência, além da demonstração das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não bastando, para tanto, a mera transcrição da ementa e de trechos do voto condutor do acórdão paradigma; e d) a indicação dos dispositivos de lei federal com interpretação divergente entre os Tribunais.

Na hipótese examinada, constata-se que o recorrente não atendeu aos requisitos

Superior Tribunal de Justiça

estabelecidos pelo CPC/2015 e pelo RISTJ, em especial o cotejo analítico, com a transcrição dos trechos dos acórdãos em que se funda a alegada divergência, além da demonstração das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não bastando, para tanto, a mera transcrição da ementa e de trechos do voto condutor do acórdão paradigma.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**

Relator

